
AS CONSEQUÊNCIAS DA SUSPENSÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Rosa Maria Mattos Alves de Santana Britto,
Juíza de Direito do 2º Juizado Especial Cível da
Comarca de Aracaju/SE

Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

I- QUANDO O AUTOR DEIXAR DE COMPARECER A QUALQUER DAS AUDIÊNCIAS DO PROCESSO;

Aparentemente, o texto legal acima transcrito não traz qualquer dúvida acerca do momento da sua aplicação, entretanto, na prática, tal dispositivo está sendo utilizado, *data maxima venia*, de modo inadequado.

A Lei nº 9.099/95 dispõe sobre o trâmite do processo cível de sua competência, disciplinando, em síntese, quatro fases processuais distintas:

- fase postulatória ;
- fase conciliatória;
- fase instrutória;
- fase decisória.

Inexistindo êxito na sessão de conciliação, imediatamente será realizada a audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa (art.27). Caso não possa ser realizada imediatamente a instrução do feito, será designada nova data, intimando-se as partes, seus patronos e eventuais testemunhas.

De logo, observa-se que a Lei dispõe acerca da existência de duas audiências distintas: uma a audiência de conciliação (sessão de conciliação) e a outra a audiência de instrução e julgamento.

Caso o autor deixe de comparecer a qualquer uma das duas audiências, sem motivo justificado, o processo será extinto, sem a apreciação do mérito, nos termos do art.51, inciso I da Lei n.9.099/95.

A polêmica surge a partir do momento em que a audiência de instrução e julgamento, já iniciada, inclusive com a apresentação da con-

testação, é suspensão, sendo designada nova data para a sua continuação.

Neste momento cabe um adendo, no sentido de que, em regra, a audiência de instrução e julgamento tem o seu início e o seu encerramento no mesmo dia, ou seja, é proposta nova conciliação, não obtido o êxito, é colhida a contestação, ouvidos os depoimentos das partes e de suas testemunhas, encerrada a instrução, e prolatada a sentença.

Excepcionalmente, acontecem situações em que a audiência tem que ser suspensão, seja pela existência de pedido contraposto (art.31, parágrafo único), seja por excesso de documentos apresentados pela defesa que impossibilite a manifestação imediata do pleiteante, seja pela ausência de testemunhas devidamente intimadas ou por qualquer outro motivo relevante.

Na data e horário designados para a continuação da audiência de instrução e julgamento, o autor não comparece, sem apresentar qualquer justificativa, qual a solução para esta situação?

A questão aparenta ser de fácil solução, aplica-se, no caso, o disposto no art.51, inciso I do diploma legal multicitado, ou seja, o processo será extinto, sem apreciação do mérito, em virtude do autor ter deixado de comparecer a uma das audiências do processo.

A questão é mais complexa do que aparenta, não sendo essa a solução mais acertada, uma vez que contraria as lições básicas de processo civil.

A *priori*, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, quanto ao procedimento cível, prevê apenas a realização de duas audiências distintas: a audiência de conciliação e a de instrução e julgamento, as duas realizadas na mesma data, ou em datas distintas, entretanto de modo único, sem qualquer previsão de o ato ser desdobrado ou partilhado.

Em face dos dispositivos legais contidos na legislação específica, têm-se entendido que a audiência de instrução e julgamento quando suspensão, dando ensejo à designação de nova data para a sua *continuação*, dá origem a uma *nova* audiência de instrução e julgamento, ou seja, um processo em sede de Juizados Especiais Cíveis poderia ter duas, três, cinco, ou mais audiências da mesma natureza, sem que jamais tivesse continuação e a ausência do autor, a qualquer das “audiências de instrução”, causaria a extinção do feito.

Tal entendimento é processualmente equivocado uma vez que não há como se falar em múltiplas audiências de instrução e julgamento em um mesmo processo. Existe, sim, apenas uma única audiência que pode

ser suspensão, partilhada, desdobrada, para ser continuada em datas e horários distintos, até o seu efetivo encerramento.

Segundo o que dispõe o art.455 do CPC:

Art.455. A audiência é una e contínua. Não sendo possível concluir, num só dia, a instrução, o debate e o julgamento, o juiz marcará o seu prosseguimento para dia próximo. – grifos nosso.

Comentando acerca da audiência de instrução e julgamento, os Professores Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart, *in Manual do Processo de Conhecimento – A tutela jurisdicional através do processo de conhecimento* – Editora Revista dos Tribunais, 2001, fls.417 e 418, dissertam *in verbis*:

13.2 A unidade da audiência de instrução e julgamento e a possibilidade de seu desdobramento.

A audiência de instrução e julgamento é una e contínua. Apenas quando não é possível concluir, num só dia, a instrução, o debate e o julgamento, é que o juiz marcará o seu prosseguimento para o dia próximo (art.455 do CPC).

Note-se que a continuação da audiência não pode ser confundida com uma segunda audiência. Assim, se o interessado não apresentou, no prazo de cinco dias antes da audiência, o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão e a residência (art.407 do CPC), não se abre, apenas porque a audiência foi desdobrada, novo prazo para a indicação, ou a livre substituição, das testemunhas. Desta forma, se o interessado deixa de arrolar dez testemunhas na oportunidade em que pode fazê-lo (art.407, parágrafo único, do CPC), arrolando, por exemplo, apenas cinco, ele não poderá arrolar mais cinco testemunhas apenas porque a audiência foi desdobrada para nova data.

Porém, cabe realizar a diferença entre a audiência que começou e foi desdobrada e a audiência designada para determinada data, mas que sequer teve o seu início. Nesse caso, ao contrário do outro, em que a audiência deve continuar, abre-se nova oportunidade para a parte apresentar rol de testemunhas. – grifos nosso.

Saliente-se que, em sede de Juizados Especiais Cíveis, a situação de arrolar testemunhas é totalmente diversa da prevista no CPC, devendo ser ressaltado que o texto acima foi transcrito com o intuito de frisar a inexistência de audiências de instrução estanques no mesmo processo, sendo a mesma sempre contínua.

Nesta mesma linha de raciocínio disserta o insigne Vicente Greco

Filho, in *Direito Processual Civil Brasileiro*, 2º Volume, 10ª edição, 1995, às fls.231:

*A audiência é una e contínua. Não sendo possível concluir num só dia a instrução, o debate e o julgamento, o juiz marcará o seu prosseguimento para dia próximo, mas **não se tratará de nova audiência, mas sim da mesma audiência em continuação.*** – grifo nosso.

O professor Humberto Theodoro Júnior, no seu *Curso de Direito Processual Civil*, 4ª edição, Editora Forense, às fls.529, analisando o desdobramento da audiência de instrução e julgamento, ensina:

Una, na expressão do Código, quer dizer que, embora fracionada em mais de uma sessão, a audiência é tratada como uma unidade, um todo. Há, assim, uma continuidade entre os atos fracionados, e não uma multiplicidade de audiências, quando não é possível iniciar e encerrar os trabalhos numa só sessão. – grifo nosso.

Corolário desta regra é que, se houver motivo para nulidade da primeira sessão, todas as demais posteriormente realizadas estarão afetadas, pois o vício atingirá a audiência como um todo.

Desse modo, existe apenas uma única audiência de instrução e julgamento que, embora seja una, pode ser desdobrada, por consequência, equivocando o entendimento de que, ausente o autor no *prosseguimento* da audiência de instrução e julgamento, o feito deva ser extinto com fundamento do art.51, inciso I.

Assim, tecnicamente, o correto é, mesmo ausente o autor à continuação da audiência de instrução, sem motivo justificado, o ato deve ser praticado normalmente, com a colheita da prova a ser produzida pela defesa, com o posterior encerramento da instrução e a prolação da sentença, inclusive com a apreciação do mérito.

Caso, nem o autor, nem o requerido, compareçam à continuação da audiência de instrução e julgamento, a mesma deverá ser aberta, constar as ausências, ser encerrada e o processo será julgado no estado em que se encontrar, com as provas que já tiverem sido produzidas até aquele momento.

Qualquer decisão em sentido contrário à realização da audiência, no sentido da extinção do feito, com base no multimencionado art.51, inciso I, ao que parece, além de tecnicamente incorreta, é injusta, pois dá ensejo ao processo ficar ao livre e total arbítrio do demandante, ou seja, ele apresenta a reclamação, tem conhecimento do inteiro teor da contestação, das provas apresentadas por seu oponente, observa que as mesmas

lhe são desfavoráveis, consequentemente poderá ter inacolhida a sua pretensão e , para evitar a apreciação do mérito, provoca a extinção do processo sem o seu julgamento meritório.

A Lei nº 9099/95 dispõe de dois momentos distintos, independentemente do requerimento de desistência, para o autor provocar a extinção do feito sem a apreciação do mérito, quais sejam: a audiência ou sessão de conciliação e a audiência de instrução e julgamento, entretanto esta iniciada, não pode mais o autor dar causa à extinção do processo por sua ausência, deve o mesmo obter a prestação jurisdicional. Tal posicionamento tem que ser adotado não apenas em respeito ao órgão jurisdicional , como, e principalmente , em respeito ao requerido que produziu a sua defesa, tendo direito à apreciação da mesma com a solução do litígio pelo Poder Judiciário.

Assim, iniciada a instrução, designada data para a continuação da mesma, independentemente do comparecimento do demandante, o ato deverá ser praticado, sendo proferida a sentença a *posteriori*.

Ultrapassada a situação de o autor não comparecer à continuação da audiência de instrução e julgamento, chega o momento da análise da situação de o requerente comparecer à continuação do ato e o requerido não, apesar de ofertada a contestação. Aplica-se à revelia ou não?

O art.20 da Lei nº 9.099/95 dispõe:

Art.20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.

Pelos mesmos argumentos já lançados, caso o demandado não compareça à audiência de conciliação, de logo é decretada a sua revelia, ressalvada a hipótese legal da convicção contrária do juiz, o mesmo ocorrerá quando o demandado , mesmo tendo comparecido à sessão de conciliação, deixar de comparecer à audiência de instrução e julgamento.

Caso tenha sido apresentada a contestação, e a audiência de instrução e julgamento tenha sido suspensa, a ausência do demandado na continuação do ato não pode ensejar a decretação da sua revelia, mas sim a audiência deve ocorrer normalmente, sendo colhida a prova do autor , apenas, com o consequente julgamento do processo com a apreciação do mérito.

Em conclusão ao tema objeto deste diminuto estudo, tem-se que, na continuação da audiência de instrução e julgamento, não cabe a incidência dos arts. 20 e 51, inciso I , ambos da Lei nº 9.099/95.